



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

Ata da audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, realizada no dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro para discussão do projeto de lei orçamentária para o ano de dois mil e vinte e cinco.

No décimo segundo dia do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a audiência pública para discussão sobre o projeto de lei orçamentária para o ano de dois mil e vinte e cinco, no plenário deste Legislativo, conforme o requerimento 054.00012.2024, aprovado na sessão plenária do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e quatro, destinando os horários da Ordem do Dia, do Grande Expediente e das Explicações Pessoais à audiência pública. Às nove horas e trinta e dois minutos, o presidente do colegiado, vereador Serginho do Posto, deu como aberta a audiência pública. O SR. PRESIDENTE:- Bom dia a todos. Bom dia às pessoas que acompanham esta Sessão de forma on-line e também presencial, aos Vereadores e Vereadoras. Está aberta a audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, prevista para a fase de discussão do projeto de lei orçamentária anual para 2025. Esta audiência terá duração máxima de duas horas, com início às 9h32min. Agradecemos a participação da Sra. Daniele Regina dos Santos. Peço que venha compor a Mesa conosco. Agradecemos também a presença da Sra. Adriane Cristina dos Santos. A Daniele é nossa Superintendente Executiva da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento do Município de Curitiba e a Adriane Cristina dos Santos é Diretora de Planejamento do Instituto Municipal de Administração Pública, o IMAP. Também já foram citados aqui os membros da equipe que acompanham as senhoras Adriane e Daniele. Vou passar a palavra à Vereadora Indiara, porque eu estou bastante afônico hoje, para que possamos dar continuidade nos trabalhos desta audiência. Lembrando que faremos da seguinte forma e em dois momentos essa apresentação: faremos a apresentação da consulta realizada pela Câmara Municipal e na segunda parte teremos a explanação da Sra. Daniele e da Sra. Adriane. Faremos também a concessão aos questionamentos e comentários, sugestões, pela ordem, aos Vereadores que compõem a Comissão de Economia e, na sequência, aos Vereadores que estão participando neste Plenário e também aos participantes que queiram se manifestar da seguinte maneira: os presentes podem registrar as suas manifestações por formulários disponibilizados na recepção do Plenário ou também com a equipe do Cerimonial. Os que acompanham a Sessão virtualmente podem se manifestar por meio do e-mail da Comissão de Economia que aparece na tela, que é o comissaoeconomia@cmc.pr.gov.br. Portanto, de imediato vou pedir para que a equipe coloque na projeção o relatório das consultas elaboradas pela Câmara Municipal e a Vereadora Indiara fará a apresentação de acordo com o que aparecerá na nossa tela. Bom dia a todos. Com a palavra a Vereadora Indiara Barbosa. Antes disso, quero cumprimentar os membros desta Comissão que é composta por este Vereador, a vice-presidente, Vereadora Indiara, Vereadora Professora Josete, Vereador Bruno Pessuti, Vereador Márcio Barros, Vereador Hernani, Vereador João da 5 Irmãos, Vereador Osias e Vereadora Giorgia Prates. Cumprimento todos os membros desta Comissão. Passo a palavra à Vereadora Indiara Barbosa. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Bom dia a todos! Obrigado, Presidente Serginho. Rapidamente, a apresentação da consulta pública do orçamento, da Lei Orçamentária. (Inicia-se a apresentação de slides no painel eletrônico). Aqui traz o conceito da LOA, que é a norma que faz a programação dos gastos anuais da cidade e estabelece a previsão de receitas para custear os gastos de acordo com o Plano Plurianual e as regras estabelecidas na LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esse é o conceito. O próximo slide mostra o ciclo orçamentário, as três principais leis orçamentárias, que é o PPA - o Plano Plurianual, que faz o planejamento para quatro anos; a LDO - que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que são as metas para o ano; e a LOA, que é a Lei Orçamentária Anual, que é o detalhamento do orçamento anual. O próximo slide também apresenta o orçamento para Curitiba para o ano de 2025. Esse orçamento é de 14,5 bilhões de reais, que teve um crescimento de 12,14% em relação ao ano anterior, e um total de 1,07 bilhão de reais é o valor para investimento na cidade. Aqui também é apresentado a evolução orçamentária nos últimos quatro anos. De 2022 para 2025 o crescimento passou de 9 bilhões para 14,5 bilhões. Os investimentos também quase dobraram, em 2022 de quinhentos e oitenta e oito milhões para 1,07 bilhão em 2025. A LOA, no próximo slide, mostra o marco legal. O Estatuto da Cidade, que é a Lei Federal 10.257/2001, e a Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000 que preveem o orçamento. É muito importante a participação popular, informação e cidadania. Então a consulta pública traz a transparência para a tramitação do projeto. O orçamento, a Lei Orçamentária ficou disponível na página da Câmara, na página Orçamento da Cidade, foi criado um hotsite da LOA 2025, um site específico para isso. E o próximo slide mostra também a divulgação que foi feita de forma on-line e off-line entre os dias 1/10 e 5/11, pelas redes sociais da Câmara,

pelo site da Câmara, através de notícias veiculadas na imprensa, publicadas no site, e também pelo sistema de transporte coletivo foram colocados cartazes divulgando. Nas redes sociais, inclusive, diversos Vereadores também fizeram essa divulgação, eu mesma divulguei no meu perfil, foram feitas dezessete publicações oficiais, mais de vinte e oito mil pessoas alcançadas. O próximo slide mostra também as reportagens que foram feitas. Foram doze matérias divulgadas no site da Câmara e distribuídas à imprensa. No próximo também mostra outra forma de divulgação que está sendo muito utilizada pela Câmara que são os podcasts. Também foi feito um episódio específico do Você na Câmara, Você na CMC, que explicou o que é o orçamento público, divulgou a consulta pública. O próximo slide também mostra mais um pouquinho da repercussão na imprensa, que foram mais de sessenta e uma matérias publicadas sobre a LOA de Curitiba, sobre a Lei Orçamentária. E a Câmara de Curitiba é a única das grandes cidades e das grandes capitais com consulta à Lei Orçamentária. É feito muitas vezes pela Prefeitura, mas aqui em Curitiba a Câmara também faz essa consulta. Essa é uma informação importante também. E agora, o próximo mostra os resultados da consulta pública. O próximo mostra a quantidade de participantes. Foram mil quatrocentos e quarenta e cinco participantes da consulta pública via formulário eletrônico disponibilizado no site da Câmara. Aí também está o perfil dos participantes - 50,5% do gênero feminino, 48,9% do masculino, uma parte não especificou. E a idade também, a maior parte, 56,6%, pessoas de trinta e cinco a cinquenta e nove anos e de dezoito a trinta e quatro anos, 28,1%. No próximo slide também temos os participantes por regional. Conseguimos ver que a principal regional foi a regional Matriz, seguida do Boa Vista, Fazendinha/Portão, Cajuru. Ali traz as regionais, as participantes. No próximo coloca o percentual de habitantes das regionais em confronto com a participação. E no próximo, também importante, as principais demandas, as áreas mais demandadas. Dos mil quatrocentos e quarenta e cinco participantes, trezentos e oitenta e um, a maior parte, fez demandas por segurança na nossa cidade. Então vemos que a segurança é uma preocupação constante de todos os bairros, de todas as regionais, seguidas pela educação, obras, meio ambiente e sustentabilidade, cultura, esporte e lazer. Na verdade, ali do lado, transporte e saúde são as principais, também assistência social e habitação. O próximo slide mostra em percentual - segurança, como falamos, foi o principal, 26,4%, seguido de educação, 12%, obras 10%, e outras indicações compiladas, 51,4%. O próximo mostra, como falamos, segurança, as principais demandas. No próximo slide mostram as cinco principais - ampliar o efetivo da Guarda Municipal, melhoria no plano de carreira; aumentar o número de rondas da Guarda Municipal; implantar módulos da Guarda Municipal; políticas de prevenção ao uso de drogas; e ampliar o sistema de videomonitoramento. No próximo, às cinco principais da educação - ampliar a oferta de profissionais na rede municipal; oferta de contraturno escolar; aumento de vagas em CMEI; reformar uma escola; e reformar um CMEI. E depois, as principais demandas de obras. As principais demandas são a implantação de pavimentação de asfalto; implantação de trincheira ou viaduto; implantação de calçadas; recuperação de calçadas; e manutenção de pavimentação. E as outras indicações foram relacionadas à cultura - cinquenta e duas indicações para a implementação de sambódromo e cinquenta e duas indicações para obras no Centro de Esporte e Lazer Avelino Vieira. São as principais indicações do grupo de "outras". Aqui mostra, como o Vereador Serginho já nominou, a composição da Comissão de Economia Finanças e Fiscalização. Então esse é o resultado da consulta pública feita pela Câmara Municipal sobre o orçamento municipal, a LOA.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a V.Exa. Gostaria também de fazer uma saudação especial a Vereadora eleita Camilla Gonda, que está presente conosco, acompanhada do Bruno Brodzek, seu assessor. Também presentes conosco a Diana Abreu, presidente do Sismmac. Vamos fazer uma inversão este ano especificamente. Sempre damos a palavra primeiro aos membros da Comissão de Finanças, aos Vereadores e aos convidados. Este ano vamos inverter, deixando a palavra então aberta primeiro aos convidados que estão participando conosco e, na sequência, fazemos pela ordem da Comissão e os Vereadores presentes. Pode ser assim? (Assentimento). Perfeito. Temos formulários para inscrição. Teremos a apresentação agora pela diretora de planejamento do Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP, a Sra. Adriane Cristina dos Santos. A SRA. ADRIANE CRISTINA DOS SANTOS:- Bom dia, Vereadores e Vereadoras, convidados. Estamos aqui mais um ano para apresentar o resultado das audiências públicas que é o Programa Fala Curitiba para a LOA e, na sequência, a montagem da Lei Orçamentária Anual. (Inicia-se a apresentação de slides no painel eletrônico). A consulta pública da LOA atende aos princípios e determinações das leis complementares. Foi realizada especificamente para a LOA, neste ano no período de 1º de abril a 28 de junho. Antes disso, tivemos a consulta da LDO, que também aconteceu através do Programa Fala Curitiba, distinta em três fases. Temos uma primeira fase que chamamos de credenciamento, que é quando abrimos o sistema, o Fala Móvel, e até reuniões presenciais para colher a sugestão das pessoas, independente daquilo que já foi eleito como coletivo ou não. As pessoas podem dar a sua opinião livremente sobre aquilo que elas acham que a Prefeitura deve investir no orçamento do próximo ano. Na fase de análise das sugestões é um trabalho interno da Prefeitura em que trazemos o resultado de todo esse credenciamento, expõe isso aos secretários municipais para, dentro dos critérios técnicos, orçamentários, jurídicos, possa dizer para a população o que é possível ser feito daquilo que foi sugerido ou por algum problema desses critérios anteriores, explicamos por que não vai poder entrar para a votação. E a última fase é a fase da votação em que levamos cerca de trinta propostas por cada administração regional para que a população escolha cinco prioritárias. Elas acontecem em datas distintas. Então, no credenciamento, como este ano era atípico por causa da eleição, tivemos um pouco mais de um mês, de 1º de abril a 8 de maio; as análises internas de 13 de maio a 5 de junho; e a votação final de 11 a 28 de junho. Tanto na fase de credenciamento como na fase de votação existem três maneiras de participação abertas à população - na forma on-line, dentro do site do Fala Curitiba; no preenchimento de formulários, que é através do Fala Curitiba Móvel, são aqueles carros que visitam as regionais; e nas reuniões presenciais. O Fala Curitiba Móvel este ano contava com quatro veículos e eles se distribuíam por quatro regionais em cada dia. Fomos fazendo um rodízio entre as regionais e ao todo conseguimos duzentos e noventa e oito ações - duzentos na fase do credenciamento e noventa e oito na fase de votação. Esses carros são acompanhados por servidores da Prefeitura, param nos lugares de maior fluxo de pessoas para colher as sugestões e depois o voto das pessoas naquilo que foi elencado como prioritário coletivamente. Tanto no meio eletrônico como nos formulários as sugestões são colocadas da mesma maneira. On-line, na fase de credenciamento nós tivemos mil cento e setenta e sete participações, que são distribuídas nas dezessete políticas públicas e até cento e sessenta e duas prioridades. Então dentro de cada política desdobramos ainda aquilo que a população pode escolher. Na fase de votação nós tivemos mais que o dobro de participação, é quando realmente a população se engaja para escolher aquilo que foi já predeterminado em cada regional. Então tivemos duas mil novecentos e noventa e oito participações. (M) Podemos ir adiante. Na participação por formulários, ou seja, através do Fala Curitiba Móvel e nas reuniões presenciais, na fase de credenciamento, aquela onde colhemos as sugestões, tivemos sete mil seiscentos e setenta e sete formulários

impressos, e mil seiscentos e noventa e nove nas reuniões presenciais. Então, somamos ali nove mil e trezentos formulários na fase de credenciamento, e outros sete mil e trezentos na fase de votação, também distribuídos no Fala Curitiba Móvel e nas reuniões finais. A fase de credenciamento ocorreu de 22 de abril a 08 de maio, com vinte reuniões realizadas em dois pontos de cada regional. Tivemos três mil cento e cinquenta e três participantes nessas reuniões, e chegamos a um total de quinhentas e seis prioridades coletivas. São essas quinhentas e seis coletivas que são colocadas à apreciação dos secretários municipais, para podermos definir aquilo que pode ou não ir para a votação final. Lembrando que essas coletivas advêm das reuniões presenciais, de escolha da própria população. Então, entre todas aquelas que são credenciadas individualmente na reunião, nós chegamos num consenso daquilo que é mais importante, coletivamente, para as pessoas e são essas que são levadas à apreciação dos secretários. Na fase de votação, de 11 a 28 de junho, tivemos mais dez reuniões, uma em cada regional, onde as pessoas escolhem cinco, e a votação final leva dez de cada reunião, e essas são levadas para a LOA do próximo ano, que vai ser apresentada na sequência. A divulgação da consulta pública é feita por todo um esforço da Secretaria de Comunicação Social, e compreende cards de divulgação, redes sociais, matérias jornalísticas no site da Prefeitura, que, voluntariamente, são credenciadas com os veículos de comunicação oficiais, temos flyers, Midialand e uma série de esforços de divulgação. Podemos ir para frente. Na fase de credenciamento, ainda antes da votação final, temos um ranking daquilo que foi mais citado pela população como sugestão. Então, temos obras públicas, segurança, saúde, meio ambiente, assistência social e assim por diante. Já na fase de votação, esse resultado muda um pouquinho, que é o próximo slide. Temos obras públicas em primeiro lugar. Esse permanece o mesmo, tanto no credenciamento quanto nos votos. Mas aí temos a inversão da saúde e da educação em segundo e terceiro lugar, segurança vem em quarto lugar, e aí estão compostas as trezentas que entraram para a LOA. Então, tivemos quarenta mil votos ao todo, mais de dez mil participações só nessa fase, chegando a esse ranking aí. Podemos ir adiante. Então, só detalhando e algumas análises que fazemos a respeito do resultado final, depois da votação. Obras públicas, a política de obras públicas elegeu vinte e quatro demandas em nove das dez regionais, das cem que entraram para a LOA. Dezesesseis demandas eleitas são da saúde, seguidas por quinze da educação, e elas aparecem em nove das dez regionais. Então, obras, saúde e educação aparecem praticamente em todas as regionais. Meio ambiente e segurança têm dez demandas eleitas. E cada regional teve demandas eleitas em pelo menos cinco políticas públicas diferentes, o que mostra o resultado bem abrangente da consulta pública, não tendo a indicação da população só em temas muito agregados, conseguimos ter aí uma participação muito ampla. Das dez demandas eleitas, por exemplo, na Regional Pinheirinho, nove foram em diferentes políticas públicas. Quer dizer, tivemos só uma que teve uma repetição de política, e o resto, uma de cada assunto diferente. Agora tem só um quadro de cada Administração Regional, quais foram as dez eleitas, mas eu não vou me ater a ler cada uma delas, até porque seria bastante enfadonho. Mas esse quadro está à disposição tanto no site do Fala Curitiba como na própria LOA vão aparecer essas obras. Mas mostra ali, por exemplo, no Bairro Novo, educação, meio ambiente, esporte e obras, que é o que temos como resultado geral. Podemos ir para o próximo slide. Boqueirão, também, saúde, obras e segurança. O interessante de ver nesses quadros é o número de votos também de cada demanda. Nós começamos o Fala Curitiba com a necessidade de um pouco menos de cem votos para que uma demanda fosse eleita como prioritária, e com o crescimento do programa, hoje para uma demanda ser eleita e indicada para a LOA, precisa, nas regionais com mais participação, de setecentos votos. No caso do Boqueirão, a demanda mais eleita precisou de quatrocentos e trinta e nove votos. Então, é um engajamento muito mais forte da população nesse tipo de consulta. Podemos ir adiante. No Boa Vista, nós temos novecentos votos, quer dizer, são quase mil votos para eleger uma demanda. É uma participação bem acentuada do Boa Vista. Próxima é a CIC, é uma participação menor, então conseguimos manter ali uma necessidade de duzentos votos para conseguir eleger. Mas a população precisa realmente se engajar para conseguir elevar como prioridade coletiva da regional aquilo que eles esperam do orçamento do próximo ano. No Cajuru são quinhentos e oitenta e sete votos. Na Matriz, que teve uma participação bem forte aqui na Câmara através da consulta on-line, é o menor número de votos, porque a participação on-line na consulta aberta do Fala Curitiba é menor do que na participação presencial. No Pinheirinho, também temos ali cerca de trezentos votos. No Portão, duzentos e setenta. Santa Felicidade, trezentos e cinquenta e cinco, também tem bastante questão de obras públicas e de saúde ali em duas das primeiras propostas. No Tatuquara, quinhentos e noventa e seis votos para eleger também uma sugestão como prioridade coletiva. Então, esses são os resultados da consulta pública, com a equipe do Instituto Municipal de Administração Pública, que conduz esse trabalho do Fala Curitiba há oito anos. Agora vamos para as finanças? O SR. PRESIDENTE:- Agradeço à Sra. Adriane Cristina dos Santos pela apresentação, de forma bem responsável. O trabalho que vocês vêm fazendo através do Programa Fala Curitiba tem sido um destaque nesta gestão e esperamos que continue com um aprimoramento e uma participação bem ampla da população. De imediato, passo a palavra para a Daniele Regina dos Santos, superintendente executiva da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento do Município de Curitiba. Com a palavra a Daniele, para que possa fazer a sua explanação. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Bom dia a todos. Antes de iniciar a explanação específica sobre o projeto da Lei Orçamentária, como é a última audiência pública nesta gestão que teremos para conversar com a Câmara, nós trouxemos um quadro que traz os resultados do ajuste fiscal que foi promovido nesta gestão, durante os oito anos da gestão. Então, nós vamos desenhar mais ou menos quais foram os resultados que tivemos para o município em relação às ações que foram tomadas. Pode passar, por favor. (São exibidos slides enquanto a oradora comenta). O primeiro quadro traz ali a informação de como nós encontramos a situação financeira no final do exercício de 2016. Nós tínhamos uma receita, aqui em números reais mesmo, tá? Números nominais. A receita era de 7,8 bilhões de reais, e a despesa, podemos ver ali que tínhamos uma despesa de pessoal de 3,8, a parte azul, e um custeio de 3,2. Agora, o custeio de 3,2 soma-se a 2,1 de dívidas e despesas que estavam fora do orçamento, que nós tivemos que incluir depois. E temos um investimento pífio ali, que era na ordem de setenta milhões de reais. Milhões de reais. Então, muito pouco perto do que tínhamos de recursos no município. Esse investimento nos colocava na última posição entre as capitais, em matéria de investimento realizado no município. Pode passar para o próximo quadro. Foram feitas as medidas de ajuste fiscal de acordo com o quadro que foi encontrado, principalmente no sentido de alongar a dívida, e aí foi feita a novação das dívidas para sessenta meses; e ampliar os recursos, e aí nós entramos com a compensação do IPMC e a questão do Refic. Todas. A redução do custeio, mantivemos as ações de serviço, mas fizemos a revisão de procedimentos, para que pudéssemos reduzir os valores do custeio; a manutenção da despesa da folha, revendo planos que por ora eram insustentáveis; a incorporação de todas as despesas dentro do orçamento, então, as despesas que corriam fora do orçamento passaram a correr por dentro do orçamento, principalmente a questão da previdência, que estava fora do orçamento e é uma despesa de valor significativo; a

manutenção das despesas dentro dos valores disponíveis, foi-se liberando recursos paulatinamente, para que tivéssemos as despesas dentro daquilo que tínhamos disponível; e a priorização de investimentos, para tentar inverter a questão do investimento no município. Próximo. Nós vamos mostrando para vocês os resultados obtidos em termos de receita. Aqui, já em valores reais, ou seja, são valores que foi descontada a inflação na base de 2024, são valores que foram trazidos todos para 2024. Então, em 2016, nessa lógica, tínhamos onze bilhões de orçamento. Hoje, nós, em 2023, fechamos todos os dados até 2023 com dados já executados, em 2023, já temos 13,37 bilhões de orçamento, um crescimento real de 16,63% na receita do município. Nós tivemos ampliação na geração de empregos, ampliação na criação de empresas e ampliação nas transferências de serviços. As receitas que dependem dos serviços que são executados, que estão relacionadas ao SUS e ao Fundeb, como nós ampliamos os serviços, também conseguimos a ampliação dessas receitas. Tudo isso nos permite um quadro superior de receita. Custeio. Nós somos a Prefeitura que menos aumentou o custeio nesses oito anos. Saímos do horizonte de 7,7 bilhões, que tínhamos lá em 2016, somando aqui aquilo que estava fora do orçamento, e estamos numa realidade hoje de 5,6 bilhões, uma redução de 28%, com ampliação do nível de serviço, nós ampliamos o nível de serviço; incorporamos despesas que não estavam dentro do orçamento; ampliação das transferências de serviços; e somos a Capital que menos cresceu despesa de custeio nesse período. Próximo. Pessoal. Também temos um crescimento real de pessoal na ordem de 5%. Tivemos um período de estabilização, entramos na pandemia, que foi um período de queda, e agora, nos anos de 2022 e 2023, já foram liberadas contratações, uma série de ações, e o crescimento constante que temos na folha, em função de planos; não só planos, mas a questão de quinquênios e outros, já possibilitaram um crescimento nesses dois últimos anos. Tivemos o início da recomposição dos quadros, depois do período de estabilização, o pagamento da pecúnia, das licenças, e a retomada agora dos planos, com uma formatação viável. A questão do investimento, o impressionante crescimento do investimento: o crescimento real do investimento, entre 2016 e 2023, foi na ordem de 151%. Nós temos a retomada dos investimentos estruturantes; a finalização das obras que estavam paradas; estamos entre as capitais que mais investem no País; e temos o maior volume de investimento com recursos próprios. Temos muito investimento também com recursos que vêm de fontes de convênios e empréstimos, mas somos a Capital que tem o maior volume de investimento com recursos próprios. Temos valores históricos de investimento na cidade. A cidade nunca chegou ao patamar desses valores no investimento, um crescimento muito significativo. Agora vamos para o quadro final. O quadro final mostra as diferenças de 2016 e 2023, onde você tem uma redução efetiva de custeio. E essa redução efetiva do custeio, que é o alaranjado, é o que nos possibilita fazer o crescimento efetivo do investimento. O município sai de uma Capag C, em 2016, para uma Capag A, em 2023. É um reconhecimento dado pela Secretaria do Tesouro Nacional em função dos indicadores que o município vai apresentando durante os exercícios. O último quadro. Pode passar. A evolução da participação dos investimentos. Aí nós temos os investimentos pela RCL, pela receita corrente líquida, que está em azul, e os investimentos pela ODC, pelas despesas de custeio. Então, pode ver que dentro das vias de custeio, os investimentos agora estão relacionados a elas em 33,3%. E a participação, por exemplo, da receita corrente líquida, que está em azul, que antes era de 2%, agora já está em 15,5% da nossa receita, já está destinada a investimento, que é o que retorna de forma mais eficiente para o município. A melhor forma de conseguir mais receitas e, consequentemente, melhorar os serviços é fazer a cidade crescer, e fazer a cidade crescer exige investimento. Essencialmente é isso que faz evoluir como cidade, crescer como cidade. Então, mostramos aqui que há uma mudança significativa no perfil financeiro de Curitiba durante esses oito anos, e entregamos a cidade num outro patamar financeiro para o próximo Prefeito. Agora sim, a questão do projeto da LOA. O projeto de lei da LOA é o projeto que estima receitas e fixa a despesa do município para o exercício financeiro de 2025. Os artigos 1º ao 3º, a definição do orçamento fiscal e de seguridade social e as estimativas das receitas e despesas por órgão. Do Art. 4º ao 9º, a definição da autorização de aberturas de crédito adicionais suplementares. Os artigos 10 e 11, o investimento detalhado, trazendo receitas e despesas, o orçamento de investimento. E dos artigos 12 e 13, as disposições gerais. Então, nós temos o orçamento fiscal, que é o orçamento geral, de maneira dos órgãos, das entidades, o de seguridade fiscal, que é o orçamento que abrange as questões de saúde, de previdência e de ação social, e os orçamentos de investimento, que é o orçamento onde o município vai investir, que são as empresas que nós possuímos. Pode passar. Os indicadores econômicos que foram utilizados na confecção do projeto, lembrar que o projeto foi montado na Prefeitura nos meses de junho, julho e agosto e apresentado a vocês no mês de setembro. Então nós tínhamos ali as taxas de crescimento do PIB do Brasil em 2,15%, o PIB de serviços 2,40%, o IPCA médio 2,25%, já temos uma projeção diferente agora, a taxa de câmbio na média de cinco e vinte e um, também já aumentou bastante a taxa de câmbio, e a taxa Selic nós também já tivemos um reajuste na taxa Selic, mas no momento em que foi realizado o projeto, eram essas as taxas que nós tínhamos, que estavam disponibilizadas. Isso se reflete depois naquilo que vamos ver nos próximos anos, como aconteceu com os demais, nós temos alguns ajustes de receitas a serem feitos. A previsão das receitas. A receita está prevista em 14,5 milhões, aí ela já está com a intraorçamentária. Sem a intraorçamentária, ela estaria em 12,72. A receita corrente nós teríamos doze bilhões de reais; a receita de capital, seiscentos e cinquenta e dois milhões; e a intraorçamentária, 1,7 bilhões de reais. A receita municipal é uma receita ainda mais significativa do que temos ali, 7,3 bilhões; a transferência da União em 2,02 bilhões; transferências do Estado em 1,66 bilhões. Outras transferências na ordem de um milhão e noventa e dois. Temos operação de crédito entrando o valor de quinhentos milhões; as transferências de capital de setenta e quatro; e as outras receitas de capital também em setenta e quatro milhões. Pode passar. Transporte é extraorçamentário. O panorama das receitas, então, mostramos aí que 57,9% das receitas são receitas municipais. Nós somos um município que não tem dependência exclusiva de transferência, uma saúde de arrecadação significativa, o que é bastante importante, mas que será impactado pela reforma tributária. Aí nós temos os componentes das receitas, os valores líquidos. O ISS, temos em torno de 2,3 bilhões de reais que são arrecadados; o IPTU, 1,5; imposto de renda, setecentos e cinquenta e oito; ITBI, seiscentos e vinte e um milhões. É bastante variável o ITBI, fazemos uma projeção, mas tem anos que ele dispara, tem anos que ele fica bem abaixo. As contribuições da Cosip e RPPS, seiscentos e noventa milhões; patrimonial, quinhentos e seis; taxas mais contribuições de melhoria, trezentos e quatro milhões; serviços, nós teríamos a receita de cento e oitenta e cinco; e outras receitas duzentos e noventa e um, que fecha os sete trezentos e três. A questão da receita tributária, então, possuímos ali o ISS, demonstrando que nós temos tido crescimento constante do ISS, mesmo diante da pandemia nós já temos crescimento do ISS, o que demonstra que a economia do município reagiu bem à questão da pandemia. Hoje o município já deve ter um PIB superior a cem bilhões de reais, que é acima do que tínhamos lá no começo do ano de 2016. Quer dizer, já assimilamos a pandemia e já crescemos além da pandemia, tanto em emprego, quanto em empresas, quanto em PIB. E o ISS é um reflexo disso, é um

imposto que vem crescendo continuamente e demonstra que não temos o município parado, que não temos o município afetado pela questão da... Nós recuperamos muito rápido a questão da pandemia. O IPTU, que também sobe durante esses anos, tem subido até pela questão da correção que foi aplicada no valor venal. Ainda assim, é preciso sempre deixar muito claro que a correção foi uma correção abaixo do que o valor do mercado cresceu. Nós corrigimos em 70% do que o valor de mercado corrigiu, por uma exigência do Tribunal de Contas feita a todos os municípios. O Imposto de Renda, que se mantém praticamente estável. A questão do ITBI, que podemos ver que tem ondulações com o mercado. Este ano nós temos o ITBI reagindo de uma forma melhor, porque nós temos o mercado da construção civil também começando a reagir. E a questão da taxa de lixo que se manteve também nesses anos. Pode passar. A questão das transferências da União, temos o Fundo de Participação do Município, quinhentos e oitenta e nove milhões; o Sistema Único de Saúde, que também tivemos um crescimento no último exercício aí, vem na ordem de um bilhão trezentos e quinze milhões; o Fundo Nacional de Assistência Social, dezenove milhões; o FNDE, noventa e quatro milhões; e convênios e outros, seis milhões de reais, dando em torno de dois bilhões e vinte e quatro milhões de reais essas transferências. As transferências do Estado, o ICMS, oitocentos e sessenta e um milhões. Veja, o ICMS era um dos impostos mais significativos para o município. Hoje estamos com o ISS em dois bilhões e trezentos e o ICMS em oitocentos e sessenta e um milhões. É isso é fruto não da falta de crescimento do município, é fruto da aprovação de critérios que vem levando o recurso para o interior, em detrimento ao recurso da Capital. Não há problema nisso, interiorizar o desenvolvimento é importante para o Estado, a questão é que quando vai o recurso, também tem que ir o serviço, e isso não acontece. O IPVA, seiscentos e noventa e nove milhões; o IPI sobre exportações, onze milhões; os programas de saúde, na ordem de setenta e cinco milhões; e outros convênios na ordem de vinte milhões. Então, nós temos um bilhão seiscentos e sessenta e nove milhões de reais. O índice de participação, e aí nós temos o quadro do ICMS, o índice de participação do ICMS de Curitiba, como ele vem caindo desde 2013 até 2025, não se reflete na participação da arrecadação do ICMS dentro de Curitiba. A arrecadação do ICMS dentro de Curitiba só cresce. A nossa parte é que vem caindo em função dos critérios que estão sendo aprovados. Nós temos muito, tivemos vários deputados como candidatos querendo ser Prefeitos da cidade e tudo, mas não temos tido esse apoio na hora de trabalhar a questão do ICMS dentro da Assembleia. Temos perdido bastante espaço dentro do ICMS, embora esse ano ele tenha subido um pouquinho. Próximo. Os repasses constitucionais, então, vemos ali, o ICMS deveria estar acompanhando o FPM, vejamos como o FPM cresce nos últimos anos. E o ICMS não, ele vem caindo, ele cai em 2021 e continua numa reta única. E o FPM tem um crescimento, efetivamente ele vem apresentando um crescimento. Próximo. As receitas correntes. Então, nós temos o Fundeb, o Fundeb que chega a um bilhão e cinquenta e sete milhões e as outras transferências, trinta e cinco milhões, então, um bilhão e noventa e dois de transferências correntes. Próximo. A operação de crédito. Então, teremos a previsão de entrada de recursos no ano de 2025 da operação da AFD, no risco da Caximba, de vinte e sete milhões de reais; do BID, na questão do Inter 2, trezentos e quatro milhões; e do eixo BRT Leste-Oeste, cento e setenta e dois milhões. Então, a previsão para o ano que vem é de quinhentos milhões de reais, à medida que as obras forem acontecendo. O Ministério das Cidades deve fazer a transferência de cinquenta e sete milhões. Nós tivemos agora até algumas posições da União para transferência de mais alguns recursos que devem entrar na sequência no orçamento e o convênio com a Sesa e o SUS, outros dezessete milhões de reais. Outras receitas de capital, temos o Cepac da Linha Verde com previsão de cinco milhões; os depósitos judiciais de quinze milhões; potencial construtivo, vinte e um milhões; a outorga onerosa do direito de construir, trinta e dois milhões; e as transferências do direito de construir, um milhão e quarenta e oito. Pode passar. A receita corrente líquida do município está hoje em doze e oitenta e nove, com as exclusões, que são a norma legal, a receita corrente líquida passa a onze bilhões trezentos e oitenta e três milhões de reais. O histórico das receitas, então, o que nós temos ali, a receita corrente que é uma crescente, né? A receita de capital, que também pode ver, ela cresce. Temos três vezes desde 2022 até agora. E a receita intraorçamentária, que também vai crescendo, principalmente em questão relacionada à previdência. Pode passar. A questão das despesas. Então, as despesas também nós trabalhamos com o quadro em quatorze bilhões, equilibrando a questão do orçamento. As despesas correntes na ordem ali de 12,696; com pessoal em seis bilhões de reais, 6,7 bilhões. Juros e encargos da dívida com cento e onze milhões, e as outras despesas com 5,80 bilhões. As reservas de contingência em trezentos e setenta e dois milhões de reais. As despesas de capital na ordem de 1,4 bilhões. Investimentos, batemos o valor de 1,70 bilhões de reais. As inversões financeiras, que são os investimentos nas empresas, cento e sessenta e quatro milhões, e a amortização da dívida, na ordem de cento e noventa e sete milhões. Então, demonstramos que a maior parte do recurso está relacionada a pessoal e encargos, as demais despesas correntes, chamo a atenção para o valor do investimento que cresce. E a questão da... fica muito ruim o quadro, desconfigura cada vez que entra aqui. Os juros e encargos da dívida no valor de 0,81%, que são valores bem inferiores e bem pequenos perto do que temos, por exemplo, do quadro de investimentos. Pode passar. Demonstrando pessoal, encargos, as outras despesas e os investimentos durante os exercícios e quanto temos de variação, como mantemos controlada a questão de despesas correntes, principalmente, (J) que são despesas que tendem a disparar, e é esse controle que nos permite ampliar o quadro dos investimentos, né, não acrescenta. O serviço da dívida. Para que verifiquemos como é que está a questão do serviço da dívida, nós temos diminuído os valores a serem pagos de dívida, já são bem pequenos frente à despesa total, mas passamos lá de 4% em 2022 e estamos chegando em 2% em 2025. Então, há um trabalho para que a gente mantenha contido o serviço da dívida para que não ultrapássemos muito esses limites. Aqui, as despesas por função de governo, a Previdência sempre é o valor mais significativo, por isso os constantes ajustes para que também não deixemos disparar os valores da Previdência. Nós temos ampliado muito o número de aposentados, nós tínhamos no início da gestão em torno de seis mil aposentados, hoje já temos quase dezessete mil aposentados. Então é um crescimento muito significativo. Nós estamos num período em que vamos ter um grande crescimento do grupo de aposentados, e por isso uma pressão significativa da Previdência. Então, vamos vendo sempre como a Previdência tem um valor relevante. A saúde, depois a educação e as demais secretarias, com valores menores, até porque constitucionalmente nós temos que priorizar essas outras. Pode passar. O comparativo por função de governo. Então, vamos vendo, nos anos de 2024 e 2025, que elevamos algumas despesas, principalmente em urbanismo, a questão da educação, a questão da saúde, a questão da Previdência, de maneira geral, todas elas crescem. As outras funções é que temos uma redução significativa em 2025, mas, de maneira geral, as funções crescem. Pode passar para o quadro. Aqui é uma despesa por órgão para termos uma noção de tamanho. É preciso sempre colocar que esses valores têm o custo de pessoal, e o custo de pessoal em alguns órgãos é muito elevado, principalmente, saúde e educação, que são órgãos que têm a maior parte do pessoal de servidores alocados. O IPMC tem um valor significativo, já

falamos; a questão da Smap, da SMOP, que coordena a questão administrativa, a questão de obras, meio ambiente, os encargos gerais, que é onde se trabalha toda a questão dívida, precatórios, tudo isso está em encargos gerais e daí então entramos nas secretarias, que têm um volume menor de pessoal, e, às vezes, são secretarias que têm maior volume de recursos para serviço, mas têm menor volume de pessoal. Pode passar. Aqui os aportes da Previdência, mostrando que ano que vem temos uma redução pequena do aporte, porque não saiu ainda as correções, mas tivemos o ápice em 2024. Começamos a trabalhar com valores um pouco menor na tentativa de evitar que ultrapassassem um bilhão de reais para que não tenhamos o comprometimento maior dos serviços. Pode passar. Aí a evolução dos precatórios. Os nossos precatórios giram em torno de quarenta a cinquenta milhões por ano, mas temos ápices também. Ano que vem teremos também um ápice dos precatórios, conforme o que a Justiça vai demandando e colocando de sentença, mas temos pagos os precatórios antecipadamente até, então estamos com o quadro dos precatórios em dia. Pode passar. A despesa com o pessoal, com a questão do pessoal, mostrando o percentual das despesas, estamos em 43,51% para o ano que vem. Devemos ter ajustes em função agora das novas demandas do novo prefeito, esses ajustes serão incorporados ao orçamento. Se for possível, ainda mandamos emendas para esse ano, se conseguirmos conciliar tudo com a equipe de transição, mandamos ainda esse ano para entrar no exercício já com o orçamento em ordem, mas certamente será um ano onde teremos vários ajustes orçamentários para incorporar às propostas do novo prefeito. Pode passar. A questão da saúde, entramos em 2025 com 20,77% da saúde. Esse recurso sempre vai crescendo, conforme nós temos alterações na receita e conforme as priorizações que forem feitas também pela nova gestão, nós podemos ter, claro, alterações dentro do quadro da saúde. Sempre fechamos com valores maiores do que esse, mas, a princípio, saímos o orçamento com o teto de 20,77%. A educação vai a 26,27%, também deveremos ter ajustes nas despesas da educação para o ano de 2025 em função das propostas apresentadas, mas já partimos com o orçamento na ordem de 26,27% para suprir as demandas, principalmente os crescimentos nas vagas de creches que aconteceram nesse exercício. Assistência social, segurança alimentar e habitação aparecem com os valores de quinhentos e quarenta e cinco, sessenta e um na segurança alimentar e oitenta e quatro na habitação - habitação/trabalho/direito à cidadania. Habitação, como sempre, tem sido um ponto bem questionado. No final eu faço um quadro mostrando a questão dos recursos da habitação. Pode passar. A questão da cultura. Nós temos a renúncia da receita, é o mecenato, são quatorze milhões de reais, o Fundo Municipal da Cultura, que são mais quatorze milhões, e a Fundação Cultural, mais o fundo, oitenta e cinco milhões de reais, então nós temos cento e quatorze milhões de reais que são destinados à cultura. E ações da criança e do adolescente, são ações exclusivas na ordem de dois bilhões oitocentos e vinte, mais a não exclusiva de quatrocentos e cinquenta milhões. Então, são recursos que são destinados à criança e ao adolescente, são recursos que precisam inclusive ser de gasto obrigatório. Pode passar. A questão dos investimentos. Então, esse é o quadro dos investimentos. Aqui constam todos os investimentos que estão relacionados à lei orçamentária, estão destacados todos os investimentos que foram priorizados pelo Fala Curitiba, eles têm o carimbinho do Fala para que seja mais fácil de acompanhar, inclusive, pela população. Claro, nós, efetivamente, devemos ter algumas alterações no quadro de investimento também em função da nova gestão, mas lembramos que esse orçamento ainda está relacionado ao Plano Plurianual que acaba ano que vem, e, portanto, traz os dados relativos ao fechamento do Plurianual. Próximo. Aqui continua o quadro, nós temos ali a educação, a questão das reformas, as áreas de lazer, os parques, toda a manutenção é feita e os novos parques, tudo que serão colocados, todos eles destacados na questão do Fala Curitiba. E, a última. Também são outras obras de equipamentos, a questão do interesse da Habitação de Interesse Social, os projetos de habitação e ali destacamos que tem lá dois projetos que são as obras de deságue do Bolsão ali do Audi-União e a conclusão das obras dessas do Audi-União; a Bacia do Ribeirão dos Padilhas, do Rio Formosa, do Bolsão Tatuquara, tudo isso haverá projeto de habitação já previsto para o ano que vem. Fora isso, há seis projetos previstos no Fundo Municipal de Habitação também. Então é um ponto sempre a colocar. Daí nós fechamos com essa. Passe para mim só as últimas, por favor. Então, aqui é a questão, efetivamente, relacionada à habitação. Nós tivemos uma demanda que veio do Ministério Público, inclusive, para a Câmara mesmo responder onde pede onde é que estão os recursos da habitação. Então, nós destacamos os quadros na página cinquenta e seis do orçamento, no quadro de Programas de Trabalho de Governo, nas Demonstrações de Função e Subfunção e Programas, destacamos ali que tem, na função habitação, o valor de setenta e seis milhões de reais. Nós temos acima da função, ainda urbanismo, na área de urbanização específica para essas questões, nós temos o Bairro Novo da Caximba mais quarenta e sete milhões de reais. Pode passar para o próximo quadro. O próximo quadro mostra o Programa de Trabalho do Fundo de Habitação de Interesse Social, onde nós temos mais quarenta e três milhões de reais. Pode passar para a última. Então, para que demonstremos qual o recurso disponível hoje para o processo de habitação no Município de Curitiba, recursos próprios do município, nós temos a Cohab com dezessete milhões, o Fundo Municipal com trinta e cinco milhões, a SMOP com trinta e três milhões, a função urbanização, lá na SMOP, nós temos mais quarenta e sete milhões, e nós temos o superávit do fundo, que não foi aplicado esse ano e que fica para aplicação do ano que vem, na ordem de cinquenta milhões de reais. Então, nós entramos no exercício de 2025 com cento e oitenta e dois milhões de reais para habitação, destinados à habitação. Então, não há como se dizer que não há recurso disponível para a habitação. É um recurso de valor significativo que está disponibilizado no orçamento. E com isso encerramos a apresentação. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a apresentação da Sra. Daniele. Nós temos a ordem de perguntas e abriremos as perguntas pela ordem de inscrição aos convidados. Nós temos a Diana Abreu - Presidente do Sismmac, em três minutos fará seus questionamentos. A palavra está com a senhora. A SRA. DIANA ABREU:- Bom dia! Bom dia a todos, bom dia a todas. Quero agradecer o espaço e iniciar com uma pergunta que é também uma reflexão: Qual é o espaço dos servidores municipais e dos profissionais do magistério, que é a categoria que eu represento, no orçamento da cidade? Nós precisamos que esse discurso de valorização da educação, de valorização dos servidores municipais não seja só um discurso vazio em épocas eleitorais. De fato, o que nós tivemos nesses oito anos de gestão Greca foi uma profunda desvalorização dos servidores na Cidade de Curitiba, e esta Câmara testemunhou cada passo dessa desvalorização, a iniciar pelo pacote em 2017. Nós, servidores municipais, nós profissionais do magistério, fomos as vítimas da austeridade fiscal, não foram os grandes empresários que têm contrato com a Prefeitura, por exemplo. Os contratos não foram revistos, mas foram revistas as políticas de remuneração e de valorização que essa cidade tinha e teve em relação aos servidores municipais. Então, para que possamos caber no orçamento municipal com valorização, nós precisamos de planos de carreira com crescimentos universais e que não puna quem adoecer, justamente pelas condições de trabalho. Nós precisamos revisar o confisco das aposentadorias dos aposentados e pensionistas, que foram taxados por esta Casa em 14% do que excede a dois salários mínimos. O SR.

PRESIDENTE:- Trinta segundos para a senhora concluir. A SRA. DIANA ABREU:- Para concluir, precisamos recuperar as perdas salariais dos servidores. O Greca está saindo e deixando os servidores com perdas salariais que chegam a 22%. Então, é preciso ter uma política de valorização que realmente entenda o serviço público e os servidores municipais como essenciais nesta cidade. Obrigada a todos e todas. O SR. **PRESIDENTE:-** Obrigado pela participação. Eu passo, agora, aos inscritos da Mesa, ou melhor dizendo, da Comissão de Fiscalização e Finanças, mas antes disso, eu também faço uma saudação, quem nos visita hoje é a Júlia Köpf - Secretária Geral da UNE Nacional, ela que mora em São Paulo, está nos visitando no dia de hoje. Seja bem-vinda! Os inscritos, só confirmar aqui, nós temos a Vereadora Professora Josete. Três minutos, Professora, para seus questionamentos. A Sra. Professora Josete:- Bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar aqui a Daniele e, em nome dela, toda equipe da Secretaria de Finanças. Eu gostaria de trazer aqui alguns questionamentos, para ser bem rápida. Nós temos na Secretaria Municipal de Educação, código 2091 - atendimento da educação infantil por meio de prestação de serviços das entidades privadas. Então, houve um aumento bastante considerável em relação às entidades privadas, serviços de entidades privadas. Em 2024, a previsão era de noventa e oito milhões, e agora, para 2025, são duzentos e trinta e oito milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil reais. Então, nós queremos saber, isso se deve ao aumento de contratos para atender a demanda ou se há uma preocupação também com o valor da per capita, que é muito baixo. Eu gostaria de ter esse esclarecimento. Também no código 2278, que é um item novo no orçamento, nós observamos ali uma transferência de recursos para entidades privadas que atuam na área de educação especial. Então, nós queremos saber se é só um recurso que já era destinado e que agora se coloca numa rubrica específica, e que tipo de oferta é essa, quais as entidades que estão previstas para atender essa demanda da educação especial. Também em relação ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social nós temos uma preocupação, tanto no que diz respeito ao que nós temos acompanhado em relação ao aluguel social, que é uma dúvida que nós temos, o que vai ser executado em termos de aluguel social e o que é o auxílio-moradia. Isso não está muito nítido, inclusive em decretos. Então, é uma pergunta também. Regularização fundiária, 2024, treze milhões e duzentos mil reais, e 2025, vinte e dois milhões novecentos e setenta e oito mil. Se já há previsão das áreas e o que será efetivamente realizado. E aí, uma preocupação nossa, a Daniele colocou que juntando os valores dos diversos órgãos vai se chegar a cento e oitenta e dois milhões para habitação de interesse social, mas nós temos uma preocupação, em 22 estava previsto para o Fundo, dez milhões e quatrocentos mil reais, e só foi executado um milhão seiscientos e setenta e nove mil, aproximadamente. Em 2023, quinze milhões trezentos e vinte e nove mil reais, e só foi executado dois milhões quatrocentos e trinta e cinco mil. Em 2024, a previsão era de vinte e dois milhões e seiscientos e um mil reais. Claro, não fechou o ano ainda, mas sabemos que só faltam dois meses, praticamente, então foi executado até agora quatro milhões quatrocentos e quarenta e nove mil reais. Então, queria saber qual a dificuldade para se executar esse valor, porque já é baixíssimo diante da demanda que nós temos para habitação popular, e então, para nós é sempre uma dúvida, porque nunca se executa, se executa em torno de 16, 15% daquilo que foi orçado. Seria isso. Obrigada. O SR. **PRESIDENTE:-** Com a palavra a Vereadora Giorgia Prates, que também é membro da Comissão. Em seguida nós fechamos o bloco, para depois as devolutivas. A Sra. Giorgia Prates - Mandata Preta:- Obrigada. Bom dia a todos, todas e todos. Eu gostaria de falar sobre o mesmo assunto que eu sempre levanto, quando temos essa audiência, que é sobre a questão da Cohab mesmo. Nós temos hoje cerca de sessenta mil pessoas aguardando as unidades habitacionais, que estão na dita fila da Cohab. Esse aumento do orçamento para 2024 é importante, que seria praticamente 14,29 milhões projetados, que é um passo relevante, mas teve uma alocação de apenas 0,44 desse valor para habitação social. Isso, de fato, não é uma disparidade frente à demanda existente, de mais de sessenta mil pessoas que estão nessa fila da Cohab? Nós temos realmente a necessidade de fazer cumprir essa urgência, tanto de regularização fundiária como saneamento de mais de seiscentas e vinte e cinco áreas irregulares, com aproximadamente cento e oitenta mil duzentas e quarenta e sete pessoas, para que possam, de alguma forma, começarem a ser solucionadas. E nós, todos os Vereadores, recebemos um ofício da Promotoria de Justiça, Habitação e Urbanismo de Curitiba falando sobre essa necessidade de conseguirmos fazer com que os recursos sejam adequados para a política habitacional. O município não tem, de fato, uma política habitacional. Estamos vendo que está havendo um superávit na questão do município, que estamos recebendo mais, e também repassando, não estamos passando proporcionalmente para a habitação, com essa tamanha demanda. Menos de 1% para moradia digna. Para quem conhece a realidade dessas famílias, dessas pessoas, acaba sendo realmente um absurdo, que não têm, ausência total de qualidade de vida. Então, precisamos, sim, transformar esse orçamento em um compromisso real com as políticas de habitação. E esse próximo ano, então, havendo a possibilidade, conseguirmos colocar algo mais no setor de habitação, mesmo que cento e oitenta e dois milhões que virão não é muita coisa para 2025, mas precisamos, sim, projetar alguma coisa que seja viável para a construção de moradia, porque a Cohab agora aplica o aluguel social, subsídio para casas, que foi um dos projetos que nós votamos aqui, de vinte e dois mil para as famílias, e aí coloca também que vai fazer a construção de casas. Enfim, para mim a conta não bate, a construção de quatrocentas casas, que vai atender quase quatrocentas famílias, aí falando de quase treze milhões. A conta, para mim, não fecha. Nós estamos com um problema muito grande na Cohab, e aí, até entender também que menos de 1% que nós tivemos esse ano para efetivar qualquer política habitacional não foi o suficiente, talvez tenhamos que, de fato, tentar colocar alguma coisa melhor para 2025, para que realmente tenhamos, além de tudo, deixado para o município um plano real de habitação, porque não adianta mais prolongarmos. Nós estamos com um problema muito grande, esse número só está crescendo, muito mais pessoas estão vivendo em ocupações e comunidades irregulares, e a vida dessas pessoas precisa de qualidade. Então, quero deixar isso aqui registrado de novo, porque todas as vezes que eu faço questionamentos em relação a Cohab, realmente fico aqui com um "não sabemos, pergunte para a Cohab". Então, eu só quero fazer esse comentário mesmo, para que a Cohab consiga, de fato, fazer um plano para moradia nesse próximo ano. Obrigada. A SRA. **INDIARA BARBOSA:-** Obrigada, Vereadora Giorgia. Eu vou fazer perguntas também, como integrante da Comissão. São duas [perguntas]. Uma é em relação ao ITBI, em relação às receitas. Nós percebemos um aumento relevante, principalmente nessa linha, de quase cem milhões de reais, de 18% acima dos demais aumentos de impostos, que passou de quinhentos e vinte e seis milhões para seiscientos e vinte e um milhões. Então, queria perguntar qual é o motivo, se tem alguma explicação. E a outra [pergunta] é em relação ao orçamento para as entidades que fazem um trabalho de recuperação das pessoas envolvidas com álcool e drogas, que nós percebemos também um orçamento de um milhão de reais que não tinha anteriormente. O que estava no ano anterior era de quinze mil reais, e é um tema que sempre levantamos aqui nas audiências, então, eu gostaria de saber um pouco mais sobre esse orçamento, e se já existe uma previsão de como que será efetivado, quais são as ações serão efetivadas com esse orçamento. Assim, fechamos o bloco de três

Vereadores, e passamos a palavra à Daniele, para as respostas. Na sequência passamos aos demais Vereadores.

A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Respondendo primeiro ao questionamento relacionado ao magistério, feito pela Sra. Diana, o que nós teríamos a colocar aqui é que o valor destinado ao pessoal no magistério, ou seja, dentro da educação, é 74% do valor da educação. Então, hoje nós temos um bilhão novecentos e noventa milhões de reais destinados à remuneração dos profissionais que atuam na educação, 74% do valor que está destinado, de recurso à educação. Quanto à questão da Vereadora Professora Josete, nós temos a questão de crescimento dos valores dos contratos pela quantidade de alunos que está ingressando na educação infantil. Mas, existe previsão, sim, para a questão de ajustes de valores. Inclusive, a Secretaria já está trabalhando com as entidades para verificar os novos valores a serem trabalhados. A educação especial, que aparece ali como "novo" no orçamento da educação, está apenas destacando o que já era uma política normal. Nós só estamos destacando-a para deixar claro que se refere à educação especial, é o recurso e a política que já era desenvolvida com as entidades, apenas foi destacado. A questão do FMHIS, o aluguel social tem 13,5 milhões de reais que estão hoje destinados ao aluguel social dentro do Fundo. Então, é para a primeira demanda que eles têm, dentro da estimativa que eles têm agora, de imediato. Diante do programa do próximo prefeito nós devemos ter ajustes ainda dentro desses valores para a questão do aluguel social. Realmente, nós temos uma execução muito abaixo na questão da habitação. O que eu posso dizer é que há disponibilidade do recurso, o recurso está destinado, está disponível. Sabemos que a construção e a questão da resolução da habitação são problemas bastante complexos, não é uma coisa simples, às vezes não se resolve, principalmente a questão de regularização de áreas não se resolve num ano. Às vezes precisa de mais tempo do que isso para resolver. Nós temos questionado o pessoal do Fundo, e a posição é de que o Fundo estava preparando projetos, não houve tempo viável para implantação dos projetos, mas, à princípio, já temos obras bem-preparadas para executar em 2025. Mas, realmente, temos uma execução que não está atendendo ao que deveria, dentro do orçamento. Há disponibilidade do recurso, mas ainda não temos a execução efetiva para essas obras.

A Sra. Professora Josete:- Só uma dúvida, Daniele, nós temos dois instrumentos, um é o aluguel social, que até onde a gente sabe, não tinha sido regulamentado, nós tínhamos a lei aprovada, e a Cohab sempre teve a questão do auxílio-moradia. Então, qual a relação dos dois, os valores, enfim, porque é uma dúvida que surge para nós, até a partir de demandas que chegam.

A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- É, o aluguel foi regulamentado por decreto, então, você tem uma regra que regula já a questão do aluguel, e eles já estavam preparando as primeiras leva para atender pelo aluguel social. Eu acredito que o auxílio-moradia deva ser incorporado, deva ficar tudo na lógica do aluguel social. Eles devem trabalhar tudo na lógica do aluguel social, que já está regulamentado. Já está regulamentado, inclusive, eles já estavam fazendo levantamentos com algumas dessas comunidades para já incorporar, até onde nós sabemos. Teria que verificar, daí, direto com a Cohab. A mesma coisa com a Vereadora Giorgia, no questionamento que ela fez. Acho que é a mesma demanda, sobre a questão da execução, como já explicamos. O ITBI, realmente, você tem um crescimento efetivo do ITBI, você tem um crescimento no mercado da construção civil. E como você tem um crescimento no mercado da construção civil, o ITBI também acabou tendo esse reflexo, ele apresenta esse crescimento. A questão da drogadição, também, nós temos hoje em torno de um milhão de reais colocados lá no orçamento, e nós ainda não tivemos a realização desses convênios. Nós até entramos em contato com o pessoal para verificar, (V) os últimos contratos estavam já em andamento, mas ainda não haviam sido fechados. Também é uma dificuldade de fazer a contratação com as entidades, a questão da documentação nem sempre a entidade tem a documentação, nem sempre consegue fornecer a quantidade de vagas. Então, até agora nós não tínhamos recebido a contratação efetiva disso. O recurso está lá, está disponibilizado, se for necessário será ampliado, mas nós precisamos ver a efetiva contratação, e até o momento ainda não tínhamos tido isso.

A SRA. INDIARA BARBOSA:- Na verdade, a Secretaria tem as entidades que já são conveniadas.

SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Ela tem algumas entidades, mas não para esse serviço total, esses serviços são outras ou é um serviço novo. Então, não temos ainda o efetivo uso do recurso.

A SRA. INDIARA BARBOSA:- Seguindo, então, a audiência, eu passo ao primeiro inscrito, Vereador Sidnei Toaldo, e só questiono os demais Vereadores se tiver mais algum Vereador com interesse de fazer questionamento, para se inscrever no painel. Então, passo ao Vereador Sidnei Toaldo.

O Sr. Sidnei Toaldo:- Obrigado, Vereadora Indira. Cumprimentar a todos. Hoje essa audiência é importante, mas eu vou bater naquela mesma tecla que eu sempre bato com meu Secretário Cristiano e o Refic. Estive conversando com nosso futuro Prefeito Eduardo, sabemos da gestão, esta gestão Greca, que realmente fez um trabalho mesmo que contrário a algumas situações que houve de, evidentemente, não contentamento, mas tivemos que fazer esses ajustes fiscais para poder hoje a Prefeitura estar com a sua condição financeira. Porém, eu digo, eu, Vereador Sidnei Toaldo, não é uma e não é nem duas, são muitas e muitas pessoas, muitos empresários, muitas pessoas físicas que nos procuram e nos comentam que realmente algumas situações de IPTU, ISS e algumas condições que acabaram em virtude da economia, e não é culpa da Prefeitura, mas uma economia brasileira que não dá tantas condições hoje, e algumas pessoas e algumas empresas acabaram ficando com uma situação financeira devedora junto ao município. Então, novamente, eu, Vereador Sidnei Toaldo, vou estar sempre nessa pauta. Que o ano que vem, em 2025, pensemos, estudemos com o nosso futuro Prefeito Eduardo Pimentel, realmente, um Refic, porque realmente a comunidade curitibana tem nos cobrado, tá bom? Muito obrigado. É seria somente isso.

A SRA. INDIARA BARBOSA:- Obrigada, Vereador Sidnei Toaldo.

Passo ao segundo inscrito, Vereador Oscalino do Povo. O Sr. Oscalino do Povo:- Muito bem, me alegro de ver essa transparência da prestação de contas junto ao Fala Curitiba, podemos dizer assim. Quero cumprimentá-los todos que estão aí, para que Curitiba fique mais ciente dessas informações tão técnicas, de pessoas de excelente qualidade da nossa Capital Curitiba. O que eu gostaria de perguntar é assim, aliás, primeiramente agradecer, nós estivemos ali no Bairro do Xaxim, na Cristiano Pereira, não, me fugiu o nome da rua, e tivemos ali, podemos dizer assim, senhoras e senhores, uma bênção sobre bênção, uma drenagem de, praticamente vinte anos que a região do Xaxim vinha sofrendo, uma creche, diversos moradores, porque realmente há uma bacia ali de captação de água muito grande e um manilhamento muito antigo, não estava dando certo. Daí, começamos lá atrás, junto com o nosso falecido, esqueci o nome do querido, e a coisa foi andando, e nesse último Fala Curitiba tivemos a graça de bater o martelo. Tinha lá acho que nada, nada, umas oitenta pessoas para aprovar aquela demanda. Então aqui é agradecimento. Manilhamento num determinado local deu oito metros de profundidade. Então, os Vereadores que iam lá não davam conta e, de repente, nos organizamos através das orientações de vocês junto com a regional também. Então, só parabenizá-la. E no Fala Curitiba aproximamos, praticamente, de ser um sucesso um projeto, gostaria que pudesse nos retornar até mesmo na sequência, na Rua Assis Figueiredo para atravessar a Avenida Kennedy e também a Venceslau Brás. Ali é um eixo que a Água Verde vai beneficiar, e os bairros já mais saindo para lado do Hauer, atravessando ali o

Parolin, Guaíra, Fanny. Então, nós precisamos de um olhar peculiar. E eu gostaria até de uma resposta, porque eu não tive a resposta, de repente eu não procurei também, porque não foi aprovado, e lá estavam, numerosamente, pessoas interessadas no projeto. É uma agregação para melhorar o trânsito em Curitiba, principalmente naquela região. Obrigado, paz e bem a todos. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Oscalino. Passo a palavra ao Vereador Marcos Vieira, para questionamentos. O Sr. Marcos Vieira:- Obrigado. Perdão, Serginho. Parabenizar a todos pela apresentação. Eu tenho uma dúvida que eu gostaria, se fosse possível, o esclarecimento. No Fala Curitiba foram aprovadas cinco prioridades por regionais. Lá na região do Bairro Novo uma das prioridades foi a questão de nós termos na Laura Gentil Portugal, no Arroio, que ela está sofrendo ali já por um bom tempo, porque não consegue resolver aquele problema. Então agora foi aprovado, e essa será uma das prioridades. Agora, nos cardápios que nós temos das emendas parlamentares entram também em algumas situações que foram aprovadas no Fala Curitiba, independente da emenda, essa ação que foi aprovada no Fala Curitiba vai acontecer, vai entrar no orçamento. É isso? Seria só essa dúvida. Obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Passo para as devolutivas, então, aos Vereadores. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Responder ao Vereador Sidnei. O Refic, Vereador, é uma constante, observamos e vamos mantendo uma observação constante, principalmente ali, do quanto não está sendo pago de imposto, qual é a dificuldade, se essas taxas estão acima do que normalmente temos como uma taxa média para que possamos observar a necessidade do Refic. Há, sim, uma recomendação de que se estude essa possibilidade pelo futuro prefeito, e estamos verificando pontualmente onde pode haver a necessidade do Refic, em função das taxas que nós temos de inadimplência que se apresentam dentro dos impostos. Então, aquilo que está fugindo muito, podemos recomendar algum tipo de Refic. Não temos, efetivamente, nenhuma inadimplência que esteja fugindo alarmantemente da média, elas estão na média histórica que normalmente temos, mas vamos fazer um estudo mais detalhado para verificar se há a necessidade e onde pode ser feito. Então, respondendo Vereador Oscalino a respeito da Assis Figueiredo, né, Vereador, a passagem dela ali na Kennedy. Temos a resposta no site do Fala Curitiba, não só aquilo que é eleito é colocado como contrapartida para a população como resposta, mas aquilo que, porventura, tenha sido avaliado como não possível de entrar na LOA, temos no site do Fala Curitiba a explicação dos órgãos. Dessa questão específica da Assis Figueiredo foi o IPPUC que se manifestou. Eu não sei lhe dizer com certeza para o que foi, teríamos que entrar aqui para olhar, mas, se não me engano, era alguma afetação com o transporte coletivo que inviabilizava essa proposta. Mas podemos procurar a resposta ali e olhar de maneira melhor. E o Vereador Marcos Vieira. Então, a questão do Bairro Novo, realmente, aquilo que é eleito como prioridade entre as dez de cada regional, entra direto para a LOA, sem precisar de porte de emenda. Muitas vezes as pessoas acabam confundindo aquilo que foi citado numa reunião do Fala Curitiba como algo que tenha sido eleito. Temos a manifestação de alguns moradores dizendo assim: "Ah, mas eu pedi no Fala Curitiba", "Ah, mas eu escrevi na ficha do Fala Curitiba". É preciso lembrar que o Fala Curitiba é um processo de priorização coletiva, uma participação individual não considera uma solicitação que vai direto para o orçamento. Ela precisa partir de um engajamento, de uma necessidade coletiva, para se tornar uma prioridade coletiva, para daí entrar para o orçamento. Precisamos só verificar se esse foi o caso do Bairro Novo. Mas se foi eleita, com certeza já entra direto para o orçamento. O Sr. Marcos Vieira:- Desculpa, na verdade ela foi uma das, acho que a quarta, com trezentos e noventa e sete votos. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Ah, então com certeza está no orçamento, com certeza está no orçamento. O Sr. Marcos Vieira:- Isso, trezentos e noventa e sete votos, é o quarto item a ser aprovado. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Isso mesmo. Acho que é isso. O SR. PRESIDENTE:- Então, fechando os questionamentos, Vereador Mauro Ignácio com a palavra. O Sr. Mauro Ignácio:- Obrigado, Vereador Presidente Serginho, da Comissão de Economia. Cumprimentar a equipe da Finanças. Eu estava acompanhando atentamente a explanação, e eu gostaria de um comparativo. Isso foi, inclusive, tema da campanha eleitoral, desde que a cidade foi pega na dívida, e esta Casa votou o ajuste fiscal. E o outro tema também foi a questão do IPTU, que foi muito batida, de uma maneira tortuosa, vamos dizer assim. Percebemos que não houve essa evolução, não houve um acréscimo tão considerável, e acho que já ouviram sua explicação, que era por questão da exigência do Tribunal de Contas, e que não é só para Curitiba, naturalmente, é para todo o Paraná, todas as cidades. Inclusive, Campo Magro suspendeu o IPTU deste ano por uma questão lá de que contrataram uma empresa e o valor foi muito acima, e o prefeito suspendeu o pagamento do IPTU. Não sei como é que vai se virar para pagar as contas, mas isso não é um problema nosso. Mas eu gostaria, Dani, um comparativo de como a cidade foi pega e a evolução das finanças. Vejo que hoje a arrecadação do município é sete bilhões, e a folha de pagamento é quase sete também. Então, quanto que é o percentual disso considerando só a receita do município? Quanto que a folha envolve? Esses comparativos do crescimento das finanças do ajuste fiscal que foi feito, você pode passar? E a questão do IPTU, por que que foi votado nesta Casa a questão do aumento do IPTU no caso do reajuste da Planta Genérica? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Então, a questão do IPTU, como nós já colocamos, não é, Vereador, o IPTU há uma exigência legal que façamos a revisão das Plantas Genéricas que ficaram por muito tempo defasadas. Curitiba ficou com quase vinte anos de defasagem da Planta Genérica, então, estava sendo cobrado um IPTU sobre um imóvel com valor de vinte anos atrás. Claro que isso nós sabíamos que seria um ajuste significativo, e por isso, inclusive, foram feitas várias travas, vários instrumentos, no sentido de trazermos o mais próximo possível da realidade, e nós trouxemos em 70% do valor do mercado. Não trouxemos no valor de mercado. Ninguém vende seu imóvel pelo valor venal que consta no talão do IPTU, não é? Ninguém aceita vender esse imóvel demonstrando que o valor venal que está lá ainda é um valor que não é o valor de mercado. Nós estamos trabalhando com 70% desse valor, e sobre ele aplicando as alíquotas do IPTU. E ainda estamos trabalhando com travas. A grande maioria dos IPTUs da cidade tiveram um reajuste na ordem de 35%. Temos casos que ultrapassam isso? Temos. Temos casos em que a pessoa estava com o terreno, o cadastro do terreno que não estava regularizado, não estava atualizado. Nós tínhamos terrenos que estavam cadastrados como imóveis pequenos de 70 m², e agora você acha casas de 400 m². Então, há situações muito específicas, e claro que você vai pegar situações específicas com aumentos superiores a isso. Mas, na média, as pessoas ficaram no entorno de 34% do seu IPTU sendo ajustado e sendo aplicado nesses diversos anos com o limite de duzentos e cinquenta reais por ano. Então, não é um aumento que extrapole, que seja absurdo dentro do que a gente vê na configuração do mercado, e foi realizado diante da exigência do Tribunal de Contas. Nós levamos ao máximo o tempo que podíamos para realizar o ajuste, e isso se vê no próprio valor que está sendo arrecadado com o IPTU. Em nenhum momento o valor de arrecadação do IPTU subiu 300%. O valor do IPTU tem subido gradativamente 20%, 25%, porque está dentro das travas ainda, nos limitantes das travas. Então, é esse valor, efetivamente, que nós vimos subir na receita do IPTU que, diga-se de passagem, será a receita mais significativa dos municípios, uma vez que é a única (A) receita que não será afetada pela reforma tributária.

Então é a receita efetiva que nós teremos no município. Nós tivemos um aumento significativo da arrecadação entre os anos de 2016 para 2024. Isso é reflexo da saúde financeira da cidade, da saúde econômica da cidade, que se recuperou rapidamente das questões relacionadas à pandemia, não demonstra o reflexo do tão falado lockdown. Pelo contrário, o que temos na cidade é que a cidade cresceu, já cresce em níveis superiores ao que tínhamos antes da pandemia. Nós temos um PIB que se demonstra maior do que estava antes da pandemia. Então se houve realmente, nós por condições até de mercado e por uma condição que nós temos no mundo inteiro, você tem algumas alterações na questão econômica em função da pandemia, ela trouxe uma nova versão do mercado comercial, ela trouxe uma nova versão do mercado de serviços, que gradualmente está se assentando no processo econômico mundial de maneira geral. Mas nós já estamos com os mesmos níveis de empregabilidade, os níveis de geração de recursos dentro do município, como estávamos antes da pandemia. É isso que nos permite ter um crescimento efetivo de receita, como temos no município. A melhor maneira de prover receita para o município é fazer a cidade crescer, sem dúvida alguma. E isso tem sido claro, nós não temos ainda o número do PIB fechado para 2023 e 2024, mas pela receita que nós arrecadamos já em 2024 vemos uma subida muito significativa no PIB da cidade já no exercício de 2024, e esse crescimento se acelera para os próximos exercícios. Então, entregamos uma saúde financeira significativa, entregamos a folha dentro do patamar viável e possível para o município, que não inviabiliza serviços, mas que começa, agora, sim, nós tivemos um período em que o sacrifício foi geral da cidade, nós também tivemos sacrifícios dentro do município, todos nós sabemos disso, eu sou servidora, vocês votaram o ajuste fiscal, sabem do peso que isso teve, mas sabemos também do quanto isso significou para a cidade. Hoje nós entregamos uma cidade equilibrada, com condições agora, sim, de fazer saltos novos, inclusive, na questão de pessoal, mesmo no período em que temos a maior pressão de previdência que nós já tivemos e que vamos ter durante algum tempo. Estamos preparados para dar conta de todo esse procedimento, em função da construção financeira que a cidade adquiriu nesses últimos anos. O SR. PRESIDENTE:- Ok. Nós não temos mais perguntas, mas eu queria fazer algumas considerações que acho que ficou muito evidente aqui no dia de hoje. Hoje nós tivemos uma prestação, na verdade uma audiência pública para a LOA, mas essa prestação de contas que a Sra. Daniele, juntamente com a Adriane e toda a equipe presente nos trazem, são informações consistentes, principalmente, do ajuste administrativo e fiscal que ocorreu na cidade. Nós observamos que saiu no patamar de 2% de investimento para quase 17%, 16%. Isso significa que para um município como a nossa cidade é relevante, pois os investimentos acontecem, a cidade requalifica, se valoriza de uma forma geral e você tem uma aprovação maior. Temos visto que o Governo Federal tem feito um esforço muito grande para organizar as finanças. Não sei como será feito para o próximo ano, mas o Governo Federal tem tido dificuldades grandes. Isso faz com que ele não invista. E nós observamos que teremos investimento no ano que vem, um investimento recorde, que é a projeção para o orçamento do próximo ano. Eu acredito que a gestão fez a lição de casa, aqui faço os cumprimentos ao Prefeito Rafael Greca, ao seu Vice, Eduardo Pimentel, mas também as coisas acontecem com a equipe. E aqui minha saudação, hoje representando o secretário, à Daniele Regina dos Santos, nossa superintendente executiva que representou o Secretário Cristiano Hotz; à Adriane Cristina dos Santos, nossa diretora de planejamento do IMAP, são os servidores de carreira, é importante frisar isso, que representam o presidente do IMAP. Quero também fazer uma saudação ao Departamento de Orçamento, o Carlos Eduardo Kukolj e o Márcio Heimoski. O Jaderson Goulart que acompanhou esta audiência. Também quero fazer uma saudação especial à equipe do DAC desta Casa: a Sra. Jussana Marques, a Cristina Fonseca, o Roderjan Prestes, o Ederson Costa, o Diego Martins, a Marilete Bernadino, que também nos auxiliou no dia a dia na diretoria das comissões, em especial, nossa Comissão de Finanças, que tem tido um exercício pleno nas comissões e fazendo com que tenhamos uma apresentação muito segura e responsável dos projetos que são tramitados nesta comissão. E fazer um destaque, a Câmara fez também a consulta e os destaques das demandas, as cinco maiores demandas este ano foram elencadas por segurança como primeiro item, e aqui a Vereadora Indiara fez uma breve fala, agradeço. O primeiro item foi a segurança, os municípios participaram fazendo com que essa solicitação chegasse à Câmara. O segundo item, a demanda mais pedida pela população, foi educação. O terceiro item foi obras. Isso tem sido, ao longo dos últimos anos, sempre esta ordem praticamente. Às vezes a saúde também elenca entre as cinco primeiras. Também tivemos outras indicações, neste caso, cultura, esporte e lazer que fizeram parte das cinco demandas mais procuradas na consulta pela Câmara Municipal. Então fica aqui esses agradecimentos aos Vereadores que participam da nossa Comissão, Vereadora Indiara Barbosa, Vereadora Professora Josete, Vereador Jornalista Márcio Barros, Vereador Hernani, Vereador Bruno Pessuti, Vereadora Giorgia Prates, Vereador João da 5 Irmãos, Vereador Osias Moraes. E também agradecer às pessoas que participaram dessa audiência, que estamos terminando dentro do prazo estipulado, e também os Vereadores que participaram de forma geral, questionando, fazendo seus comentários a respeito desta audiência. Fica aqui o nosso agradecimento ao Presidente Fachinello e também a todos que estiveram aqui nesta manhã na apresentação e explanação do orçamento do próximo ano, que será em 2025 efetivado. A audiência foi encerrada às onze horas e quatorze minutos. Eu, Ana Claudia Krüger, lavrei a presente ata, revisada por Roberjan Prestes Filho, que será disponibilizada aos membros da Comissão e, se não houver impugnação no prazo de três dias úteis, será considerada aprovada, conforme disposto no art. 110, parágrafo primeiro do Regimento Interno.